

## Coluna do Castelo

## Viagem ao desconhecido

Qualquer tentativa do antigo Centro Democrático, hoje chamado *centrinho*, de montar no *Centrão* para usá-lo como instrumento para fixar em cinco anos o mandato do presidente José Sarney parece tão condenada a malogro quanto uma eventual tentativa do líder Mário Covas de impor ao PMDB essa ou aquela decisão relativa à Constituinte. O compromisso da maioria eventual é genérico, inicia-se pela renovação do regimento interno da assembléia a fim de eliminar dele os dispositivos de contenção da maioria em benefício da minoria e se encerrará na tentativa de expurgar do projeto da Comissão de Sistematização o que lhe pareça prejudicial à ordem econômica e social, embora adotado sob pretexto de promover o progresso em ambos os setores da atividade nacional.

A comissão temática do *Centrão* ainda não definiu, e dificilmente o fará com êxito, o elenco de compromissos doutrinários que represente um pacto dessa maioria eventual e não institucional. Sabe-se apenas que de qualquer tentativa de formalizar princípios a instituir ou a combater estão excluídos o sistema de governo e a duração do atual mandato presidencial, temas que dividem não só o *Centrão* como toda a Constituinte. A fixação do mandato em quatro anos, obtida na Comissão de Sistematização por uma ação conjugada de políticos mobilizados por inspirações diversas contra o sr José Sarney, atende a uma expectativa nacional, tal como reconhece o próprio presidente, e dificilmente seria substituída por uma articulação de inspiração situacionista conduzida por ministros de Estado e senadores fiéis à aspiração do presidente.

A realidade do mandato de quatro anos corresponde, portanto, a uma espécie de consenso político e popular. O governador Moreira Franco, que oscilou em relação ao tema, mas terminou por definir como relacionada com a "governabilidade" do país demonstrada pelo sr José Sarney a extensão do seu mandato, deveria estender a observação ao seu próprio partido, no fundo e na forma co-responsável pelos erros e acertos do atual governo. Não foi o sr Ulysses Guimarães quem indicou o sr Bresser Pereira para o Ministério da Fazenda, depois de ter votado uma escolha pessoal do presidente? Não foi ele quem apresentou à nação o atual ministro da Fazenda? Pois bem. É o PMDB que, segundo o sr Bresser Pereira, hesita agora em lhe dar apoio ao pacote de medidas fiscais, sem o qual admite se torne ingovernável a economia do país. O PMDB, que endeusara o sr Funaro, foi responsável também por sua queda.

O partido do sr Ulysses Guimarães não se comprometeu a adotar as medidas fiscais preconizadas pelo ministro da Fazenda nem sequer se manifestou sobre a discordância interna no governo quanto à adoção do imposto sobre patrimônio líquido, o qual, em tese, deveria corresponder a tendências programáticas do PMDB. O presidente José Sarney tem sido mais nítido na questão, não só apoiando o plano fiscal como dele excluindo, conforme comunicação do seu porta-voz *ad hoc*, o imposto sobre patrimônio, cuja praticabilidade não ficou demonstrada pelos técnicos que armam o novo projeto do sr Bresser Pereira, além de provocar alarme na classe média, que se considerou mais uma vez alvo especial dos programas fiscais. A propósito, o plano do Ministério da Fazenda pune quem tenha mais de uma fonte de renda, como se um professor que desse aulas e fizesse pesquisas em outra instituição fosse capaz, só pela acumulação, de ganhar mais do que um *marajá* de Alagoas. O critério é simplesmente ridículo.

Mas, voltando à Constituinte e ao domínio que nela projeta no momento o *Centrão*, tudo o que ocorrer daqui por diante, resolvido o problema regimental, decorrerá de entendimentos específicos em torno de cada dispositivo do projeto da Sistematização. Não há sintomas de uma estrutura constituinte articulada para substituir títulos ou capítulos, conforme permissão pleiteada pelo *Centrão*. Não há unidade de doutrina nem de objetivos políticos nem conjugação de interesses, nem sempre inspirados pela consciência de soluções adequadas à sua satisfação. A partir do que aí está, a futura Constituinte resultará de negociações compulsórias em torno de determinadas medidas polêmicas, nem sempre as essenciais em matéria de estrutura do futuro poder nacional. A esquerda e à direita, há carência de líderes.

Não há consistência nem articulação para uma atuação organizada e coerente de qualquer das forças em litígio. A mais bem estruturada mentalmente e politicamente ainda é a esquerda, embora motivada em tantos pontos por sectarismos já abandonados pelo moderno socialismo democrático. No intervalo de fim de ano, a dispersão de forças não será de molde a promover negociações e entendimentos que racionalizem o processo constituinte. Tudo deverá recomeçar a partir de 5 de janeiro como se o *Centrão* e a esquerda estivessem começando de estaca zero. A segunda, pelo menos, tem um roteiro de luta, a defesa do projeto.

De partidos nem se fala pois estão eliminados do processo constitucional, tais as divisões internas e tal a projeção neles dos conflitos de camadas sociais que os maiores deles não chegam a representar.

Carlos Castello Branco



## Deputado evangélico tenta preservar mandato de Sarney

BRASÍLIA — A semelhança física com José Sarney, uma emenda estabelecendo o mandato de cinco anos para o atual presidente da República, e uma potente rádio no Paraná, de onde envia a todo o estado a mensagem evangélica. Isso é tudo que une o cantor sacro, empresário na área das comunicações e deputado federal Matheus Lensen (PMDB-PR) ao governo. Desde a semana passada, o parlamentar coleta assinaturas para uma proposta de emenda ao projeto de Constituição, marcando as eleições presidenciais para 15 de novembro de 1989. Segundo ele, já conseguiu perto de 150 assinaturas, mais do que a do bem relacionado senador Edison Lobão (PFL-MA), autor de proposta idêntica.

Lensen tem os cabelos pretos puxados para trás com Gumex, e um vasto bigode também preto; não fossem os vários quilos a mais, poderia cultivar com mais orgulho a sua semelhança física com o presidente Sarney. "Mas não é porque sou parecido com ele que o defendo", diz o deputado. "É porque ele merece. A culpa do que está acontecendo no Brasil não é dele. A crise é mundial. A Bíblia diz, e a Bíblia não mente: no final dos tempos, será tudo de mal a pior". Ele afirma que não pode precisar se o mundo acaba no ano 2000, mas acha que o desfecho está próximo: "A Aids já é um sinal do final dos tempos — e há ainda os terremotos, os pais contra os filhos, os filhos contra os pais. Estamos caminhando para o fim do mundo".

**Brasil, Brasil** — De acordo com o deputado, os brasileiros reclamam de seus governos por hábito. "Quando estava o Figueiredo, todo mundo reclamava do Figueiredo, e agora o estão querendo de volta. Se o Sarney sair, vão querê-lo de volta também". As reclamações, ele acha, não têm muito sentido: "O

Brasil é hoje um dos melhores países para se viver. Cada pessoa tem o seu próprio telefone — menos, é claro, os que estão acostumados a ficar andando pelas estradas. Existem carros sofisticados, asfalto para todo lugar e cada agricultor tem telefone e energia elétrica em seu sítio".

Lensen, dono da rádio Universo e com 20 discos de música sacra gravados, informou que sua emenda tem o apoio da grande maioria do grupo evangélico governista, que soma 28 votos em plenário. "Espero reunir mais de 280 assinaturas", afirmou. Competindo com ele, o senador Edison Lobão (PFL-MA) continua em trabalho de coleta de assinaturas. Como os dois autores de emendas sobre cinco anos de mandato para Sarney são do *Centrão*, os seus coordenadores fazem questão de caracterizá-las como de iniciativa pessoal de seus autores. É que o assunto divide o grupo.

□ O ex-governador Franco Montoro comunicou ao presidente Sarney, durante audiência, que é candidato a sua sucessão. "O presidente me disse que se empenhará para que as eleições se realizem com garantia e com a máxima brevidade", informou Montoro, garantindo que Sarney "entende que as eleições serão em 88". O ex-governador de São Paulo defendeu a realização de prévias no PMDB para a escolha oficial do candidato à sucessão presidencial. Defendeu o parlamentarismo e relembrou sua atuação como ministro do Trabalho no regime parlamentarista do governo João Goulart. Repetiu que seu nome está à disposição do PMDB para disputar a presidência seja qual for o sistema de governo adotado pela Constituinte, mas prometeu: "Se for candidato dentro do sistema presidencialista, defenderei a implantação do parlamentarismo para logo depois".

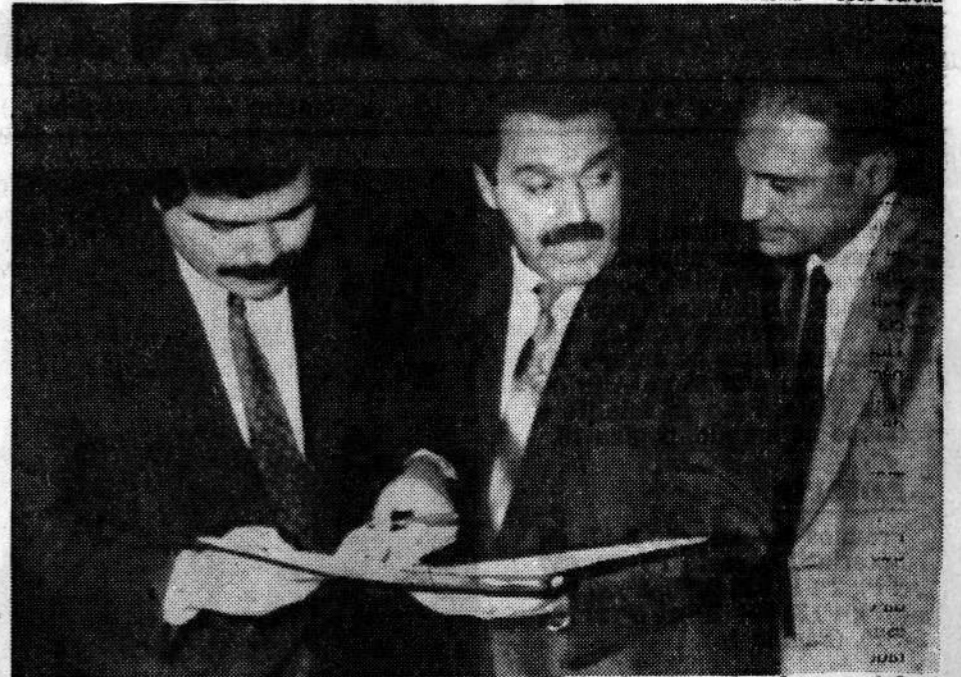
## Magalhães briga por diretas-88

RECIFE — O ex-governador de Pernambuco Roberto Magalhães resolveu pedir a integrantes do *Centrão* que votem pelas eleições diretas em 1988. Convencido de que "na História do Brasil os conservadores se rendem aos anseios populares em horas de crise", Magalhães está telefonando para os deputados de Pernambuco que aderiram ao *Centrão*, com o objetivo de convencê-los a votar pelos quatro anos de mandato para o presidente Sarney.

O ex-governador faz segredo sobre os nomes dos deputados com quem conversou, mas pelo menos dois já foram procurados, segundo um amigo seu: Ricardo Fiúza e José Mendonça, ambos do PFL. "Não estou procurando interferir, mas só trocar idéias", diz o ex-governador, que tenta através do PFL, partido do qual está

desligado formalmente, o mesmo que o governador Miguel Arraes conseguiu com a bancada pernambucana do PMDB: garantir as diretas no próximo ano.

— O governo se exauriu e não há como se recuperar. As eleições diretas em 1988 já virão atrasadas, mas temos que lutar com o que possuímos — afirma Magalhães, que tem reforçado sua argumentação com a tese de que os conservadores foram responsáveis por grandes reformas no país: "Deles foi que surgiu a Lei do Ventre Livre, a libertação dos escravos, o monopólio estatal do petróleo, este garantido pela UDN, e até a Nova República, com o fim do regime de exceção, para a formação da qual contribuiu com decisão uma parte do PDS".



Sarney Filho assina a emenda de Lensen (C), que lembra seu pai

## Newton ganha lugar no folclore

## Amigo de Tancredo conta em livro 120 casos de políticos

BELO HORIZONTE — "Newton Cardoso, em seu primeiro mandato como prefeito em Contagem, recebe no gabinete um vereador, que se queixava da demissão da filha, funcionária da Cuco — Companhia Urbanizadora de Contagem. Pelo telefone, começa a conversar com o presidente da empresa, Weber Americano, transmitindo orientação para imediata revisão do ato de dispensa. Para surpresa de todos, abre-se a porta do gabinete e entra o próprio Weber. Sem perder a calma, Newton desliga o telefone e confirma a ordem: — Weber, readmita imediatamente a filha do vereador. E demita, sumariamente, o funcionário que atende ao telefone, fazendo-se passar por você."

O governador Newton Cardoso e o delegado Weber Americano, hoje diretor do Detran, são dois dos 223 personagens de 120 casos que o suplente de senador do PMDB João Bosco Murta Lages, presidente da FMB S/A Produtos Siderúrgicos, do grupo Fiat — cargo para o qual foi indicado em 1983 pelo então governador Tancredo Neves — reuniu ao longo de mais de 30 anos de militância política. O livro, em edição da Imprensa Oficial de Minas Gerais, será lançado amanhã, sob o título *Deu Nisso o Livro do Bosco — Cenas do Folclore Político de Minas*.

João Bosco, 50 anos, deputado estadual pela UDN na década de 60, apoiou o regime militar até o AI-2 (1965), quando passou à oposição, no MDB, "por discordar da ditadura". Ele conta histórias que ouviu contar ou que viveu desde que se iniciou na política estudantil. Entre os personagens estão figuras como Antônio Carlos de Andrada e José Maria de Alkmim, além de Tancredo Neves, Milton Campos, Hélio Garcia, Magalhães Pinto, Pedro Aleixo, José Aparecido, Carlos Lacerda e Jânio Quadros. Há até uma história do século passado, envolvendo Teófilo Ottoni.

"Umas, já conhecia de criança, atribuídas aos mais antigos ou adaptadas aos novos. Outras vivi, outras me foram repassadas pelos que as assistiram. Algumas já publicadas. Outras em que as versões colocaram outros personagens. Conto-as como as recolhi. Sem a preocupação de exatidão ou a intenção de colocar mal qualquer citado", explica no prefácio o autor, cuja irmã, Maria Eugênia, foi secretária de Educação no governo Hélio Garcia. Bosco foi coordenador das campanhas de Tancredo Neves (1982) e de Newton Cardoso (1986), para o governo de Minas.

**Garcia** — "O vendedor de livros insistia com Hélio Garcia, na sala da UDN, na Assembléia Legislativa, mostrando coleções e argumentando. Delicadamente, Hélio procurava descartar-se. Sem conseguir, despediu-se abruptamente: Venda ali para o João Bosco. O último livro que li foi quando estava na quarta série de ginásio."

Uma outra, se já não fosse folclórica, correria o risco de ser triste e ficaria de fora de um livro para fazer rir. Em 1981, conta Bosco, o senador Tancredo Neves voltava de viagem ao interior do estado, em companhia do deputado Genival Tourinho. No aeroporto, pegou carona no carro de seu suplente Alfredo Campos. Tancredo, na época com 71 anos, desceu em frente ao escritório, apanhou duas malas sem ajuda de ninguém e subiu a pé as escadas até o segundo andar. Alfredo, espantado, comentou: "É Genival, se nós não a elegermos governador, posso perder as esperanças de assumir o Senado". Tancredo, de fato, cedeu a vaga a Alfredo Campos, ao ser eleito governador, mas morreu quatro anos depois. Bosco é suplente de Alfredo, que goza de excelente saúde.

**Alkmim** — Um livro sobre o folclore político de Minas não poderia deixar de fora histórias envolvendo José Maria Alkmim e seu antecessor na marca da malícia e da presença de espírito, Antônio Carlos de Andrada, presidente de Minas no início dos anos 30. Conta Bosco que Antônio Carlos recebia em audiência poderoso *cacique* do interior, que pleiteava a permanência do delegado de polícia, argumentando ser o homem honesto e correto. "Você está com toda razão", respondeu Antônio Carlos. Pouco depois, ele recebia o chefe político adversário, que pede a substituição do delegado, acusando-o de ser corrupto e subserviente aos adversários. "Você está com toda a razão", disse, também a este. Ao lado do presidente, narra Bosco, sua esposa reagiu: "Antônio Carlos, não posso compreender. Você, em situações adversas, dá razão aos dois. Isso é completamente errado, você está com toda a razão, minha querida", respondeu.

Alkmim era do PSD, mas decidiu candidatar-se a vice-governador pelo PDC, em 1960, apoiando o candidato da UDN, Magalhães Pinto, contra Tancredo Neves, de seu partido. Em visita a um fiel reduto seu, Bocaúva, Alkmim saiu a pedir votos para Magalhães Pinto. Encontrou resistência de um velho sertanejo, que não aceitava votar nos "inimigos" udenistas. Para encerrar a discussão, saiu com esta: "Você vai votar sim. Não conte a ninguém, mas estou trazendo o Magalhães para o PSD".